

ENSINAR *SEM MEDO*

Proteção docente, liberdade
de cátedra e defesa da
universidade pública

Guia da APUFPR para o
período eleitoral de 2026



GESTÃO
AUTONOMIA E LUTA

O que está acontecendo?

A universidade pública voltou ao centro da disputa eleitoral. Não como tema de debate, mas como alvo.

Desde o início de 2026, grupos organizados entram em campi, interrompem aulas e eventos, depredam patrimônio, gravam aulas para expor docentes em redes sociais e acionam a Justiça contra professoras e professores por causa do que ensinam. Parlamentares e candidatos participam pessoalmente dessas ações. A tendência é de agravamento até o segundo turno, no fim de outubro.

Se isso acontecer com você, entenda desde já: não é sobre você.

Não é sobre uma frase mal interpretada, nem sobre uma bibliografia polêmica, nem sobre um deslize seu. É uma estratégia política organizada contra a universidade pública, e você foi escolhida ou escolhido porque estava ali. Reconhecer isso é a primeira medida de proteção — porque o objetivo do ataque é justamente fazer você acreditar que o problema é seu e enfrentá-lo sozinha, sozinho.

Expediente

Ensinar sem medo: Proteção docente, liberdade de cátedra e defesa da universidade pública é uma publicação da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), da **Gestão 2025 - 2027, Autonomia e Luta** // Edição única – Setembro 2026 // Rua Alcides Vieira Arcoverde, 1.193, Jardim das Américas // CEP: 81.520-260 – Curitiba – PR // **Telefone:** (41) 3151-9100 // **www.apufpr.org.br** // **recepcao@apufpr.org.br** // **Redação:** Luis Allan Kunzle // **Jornalistas responsáveis:** André Nishizaki (MTb 2.586/PR) e Sabrina de Ramos (MTb 13.113/PR) // **Revisão:** André Nishizaki // **Diagramação:** Sabrina de Ramos // Tiragem: 1.000 exemplares // Impressão: Mundo Impresso // Circulação: Distribuição gratuita.



UFSCar · jun/2026 – Grupo ligado à extrema direita invadiu espaços da universidade, ameaçou e agrediu verbalmente docentes e estudantes, destruiu faixas e depredou patrimônio público.



USP · jun/2026 – Extremistas arrombaram portas de salas de entidades estudantis e rasgaram cartazes. Em outro episódio, estudantes foram feridos em ação protagonizada por um vereador e seus seguranças particulares.



Unicamp · fev/2026 – A recepção de calouros foi interrompida por agressões. Oito homens chegaram ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas com latas de tinta para apagar grafites de protesto. Dois estudantes foram hospitalizados.



UFSM · out/2025 – Ameaças de massacre enviadas por e-mail, com conteúdo racista, machista e LGBTfóbico, dirigidas a estudantes negros, pessoas LGBTQIA+ e feministas.



UFPR · set/2025 – Polícia Militar do Paraná invade prédio histórico a pedido de um vereador e um advogado, ambos candidatos neste ano, com o uso de balas de borracha e gás de efeito moral. A “operação” resultou em um estudante preso e diversos feridos.



69% das/os docentes de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas já passaram por alguma situação de censura. Na UFPR, essa história começou em 2019, quando seis setores se uniram para propor uma resolução contra a gravação clandestina de aulas. A proposta nunca foi concluída.

Seus direitos



VOCÊ TEM LIBERDADE DE CÁTEDRA.

A Constituição garante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e assegura o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 206). A universidade tem autonomia didático-científica (art. 207). Isso não é uma opinião sua — é um bem jurídico da instituição, e ela tem o dever de protegê-lo.

O QUE A LIBERDADE DE CÁTEDRA COBRE:

Escolher a bibliografia e a abordagem teórica; tratar de temas socialmente controversos quando pertinentes ao conteúdo; apresentar interpretações divergentes; corrigir afirmações falsas em sala; recusar o falso equilíbrio entre ciência e negacionismo.



O QUE NÃO É "DOCTRINAÇÃO":

Ensinar história do Brasil incluindo a ditadura militar. Discutir gênero, raça, desigualdade, colonialismo, laicidade. Apresentar autores marxistas — ou liberais, ou conservadores. Divergir de um estudante e sustentar sua posição com argumentos. Dar nota baixa a um trabalho ruim.

O QUE A LEI PROÍBE CONTRA VOCÊ:

Gravar sua aula e divulgá-la sem autorização; ameaçar, caluniar, difamar ou injuriar; invadir espaço acadêmico e depredar patrimônio público; fazer propaganda eleitoral em campus.

Um precedente que vale conhecer:

Em fevereiro de 2019, o Supremo Tribunal Federal, em decisão do ministro Edson Fachin, proibiu uma parlamentar de manter canal de denúncias contra professores e de incentivar a gravação do trabalho docente. Perseguir professor por causa de conteúdo de aula não é uma zona cinzenta do direito.

Como reconhecer um ataque

Ataques organizados quase nunca começam pela agressão. Eles têm sinais. Reconhecê-los cedo dá tempo de acionar a rede.



Estudante insiste em gravar a aula, ou grava sem pedir, especialmente em aulas de tema sensível



Perguntas de provocação feitas com câmera ligada, buscando uma frase isolada



Recorte curto e descontextualizado da sua fala circulando em grupos ou redes



Série de e-mails ou mensagens hostis, de remetentes diferentes, em poucos dias



Aparecimento do seu nome, foto ou dados em perfis ou canais de "denúncia"





Pessoas de fora circulando na unidade, filmando, colando material, provocando



Presença de assessoria parlamentar pedindo informações sobre suas aulas



Notificação judicial, intimação ou abertura de sindicância logo depois de uma exposição em rede



Pedido de informação da administração sobre conteúdo da sua disciplina, sem contexto

**Um único item marcado já é motivo
para registrar na APUFPR.**

Registrar não é abrir processo — é construir um registro histórico. Sem registro não há política de proteção, e quase todo caso grave começou por um sinal que ninguém anotou.

O que fazer agora

Na sala de aula

1. **Não confronte, não humilhe, não expulse.** É exatamente a imagem que se busca produzir.
2. **Nomeie a situação com calma:** "esta aula não pode ser gravada sem autorização" · "vamos retomar o conteúdo".
3. **Não altere o conteúdo sob pressão.** Se precisar, encerre a aula e retome depois.
4. **No mesmo dia:** registre por escrito o que ocorreu, com data, horário e nomes de quem estava presente.
5. **Comunique a chefia do departamento ou a coordenação** por e-mail — sempre por escrito.
6. **Faça o registro na APUFPR.**

Incursão de grupo no campus

1. **Não enfrente fisicamente.** Não responda à provocação verbal.
2. **Preserve estudantes:** oriente a saída da sala ou do espaço, sem correria.
3. **Filme de longe,** se for seguro. Priorize registrar o grupo, não colegas ou estudantes.
4. **Acione a vigilância da unidade e a direção,** e em seguida faça o registro na APUFPR.
5. **Anote nomes de testemunhas** antes que as pessoas se dispersem — é o que mais se perde.
6. **Exija que a UFPR registre o boletim de ocorrência.** Esse ônus não é seu.

Exposição nas redes

1. **Não responda publicamente.** Nenhuma resposta individual vence uma campanha organizada — ela apenas alimenta o alcance.
2. **Não apague nada** e não desative seus perfis antes de preservar as provas.
3. **Printe tudo com URL, data e hora visíveis.** Grave a tela quando for vídeo.
4. **Acione a APUFPR antes de qualquer manifestação sua.** A entidade se manifesta primeiro.
5. **Feche o perímetro:** reveja o que está público nos seus perfis, avise a família.

Notificação judicial, intimação ou sindicância

1. **Não responda sozinha, não responda sozinho. Não assine nada.**
2. **Verifique o prazo** e leve o documento à assessoria jurídica da APUFPR em até 48 horas.
3. **Não converse sobre o mérito** com quem notificou, nem em conversa informal.
4. **Se for pedido de informação sobre conteúdo de aula,** a resposta cabe à administração da universidade, não a você isoladamente.
5. **Guarde todo o histórico:** e-mails, prazos, protocolos, nomes.

Em caso de agressão física, ameaça de morte ou invasão em curso: acione a APUFPR assim que possível. O compromisso é de resposta em 24 horas.

A APUFPR está aqui

Nas situações deste guia, a APUFPR atende **todo o corpo docente da UFPR — associadas e associados ou não.**

Ativas/os, aposentadas/os, substitutas/os, temporárias/os e visitantes. Porque aqui o ataque não é contra uma pessoa: é contra a função docente e a universidade pública. Ninguém fica de fora.

Acolhimento

Escuta qualificada com a psicóloga da APUFPR, avaliação do que você precisa e encaminhamento acompanhado à rede clínica quando for o caso. Também há grupos de escuta coletiva entre docentes atingidos.

Jurídico

Orientação inicial, defesa em sindicância e processo administrativo, representação criminal, medidas contra exposição em rede, remoção de conteúdo e defesa contra o uso abusivo da Justiça para intimidar.

Cobrança institucional

A diretoria oficia a Reitoria e a direção da sua unidade exigindo providências e prazo de resposta — e registra quando a universidade não responde.



Órgãos externos

Quando necessário e com sua autorização: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, Justiça Eleitoral, comissões de direitos humanos.

Comunicação

A APUFPR se manifesta publicamente. **A regra é: você não responde sozinha, você não responde sozinho.** Sua exposição pessoal é sempre uma escolha sua, nunca uma necessidade.

Etapas do atendimento	Prazo*
Confirmação do seu registro	mesmo dia
Acolhimento	24h
Primeira orientação jurídica	48h
Ofício à UFPR	48h
Casos graves	24h

*Dias úteis

Sigilo é a regra. Nada sobre o seu caso se torna público sem sua autorização escrita.

E a UFPR? O que precisamos construir

Esta é a parte que depende de você.

A UFPR tem Ouvidoria, tem Comissão de Ética, tem processo administrativo disciplinar e aprovou, em 2025, uma Política de Enfrentamento às Violências. Nada disso alcança o problema deste guia — e a razão é simples: **essas estruturas foram feitas para conflitos entre pessoas da comunidade universitária, sujeitas ao poder disciplinar da instituição.** Contra um grupo que vem de fora, um perfil anônimo ou um parlamentar, a universidade não tem nada preparado. E o canal da Ouvidoria, o Fala.BR, foi desenhado para o cidadão reclamar da administração pública — não para uma professora ameaçada de morte pedir socorro.

Não se trata de descuido da administração: trata-se de um cenário novo, para o qual a Universidade ainda não construiu resposta. Por isso é preciso instá-la a construí-la. A APUFPR já apresentou suas proposições à Reitoria, e elas avançam na medida em que cada departamento, cada conselho de setor e cada docente as assumam como pauta própria.

Como contribuir

4 coisas que você pode fazer esta semana

- 1 Leve a moção da contracapa à plenária do seu departamento e ao conselho do seu setor.** Foi assim que a pauta nasceu em 2019.
- 2 Pergunte à direção da sua unidade, por escrito:** qual é o procedimento se um grupo entrar aqui hoje? Quem se aciona? A pergunta, registrada, já ajuda a construir a resposta.
- 3 Participe da assembleia da APUFPR e da campanha #EnsinarSemMedo.**

- 4 Repasse este guia** a quem está em estágio probatório, é substituta ou substituto, ou não é associada/o. São as pessoas mais expostas e as que menos sabem que têm apoio.

6 estruturas a serem construídas

- 1 Um canal de emergência que responda em 24 horas** — próprio para esses casos, com plantão e responsável com nome e telefone, distinto do Fala.BR, que foi concebido para outra finalidade.
- 2 Regra clara sobre gravação de aula** — concluindo a resolução que seis setores da UFPR propuseram em 2019 e que nunca foi votada, preservando expressamente a gravação para acessibilidade e estudo.
- 3 Protocolo de segurança para incursão de grupos externos** — com vigilância capacitada, sinalização nas unidades, vedação de propaganda eleitoral em campus e diretriz de não chamar a Polícia Militar como primeira medida.
- 4 Registro de ocorrência e representação judicial pela própria Universidade** — com apoio da Procuradoria Federal. Quem é atacado em razão da função pública não deveria ter de responder sozinho na delegacia e no fórum.
- 5 Manifestação pública institucional** em defesa de quem é atacado, em prazo definido, e resposta centralizada da Universidade aos requerimentos externos sobre conteúdo de ensino e pesquisa.
- 6 Saúde e afastamento** — atendimento psicológico de urgência em 72 horas, reconhecimento do nexa com o trabalho e possibilidade de afastamento ou substituição em disciplina sem prejuízo funcional ou de progressão.

E transparência: relatório público semestral dos casos e das providências, avaliado junto com a APUFPR, o sindicato dos TAEs e as entidades estudantis.

Como documentar

É o passo mais chato e o mais importante. Provas se perdem em horas.

- **Capturas de tela com URL, data e hora visíveis.** Print sem endereço não serve.
- **Gravação de tela** para vídeos, stories e transmissões — conteúdos que desaparecem.
- **E-mails com cabeçalho completo.** Encaminhe para você mesma/o e para a APUFPR.
- **Nomes e contatos de testemunhas,** anotados no mesmo dia.
- **Relato próprio por escrito,** feito nas primeiras 24 horas, com data, local, horário e sequência dos fatos.
- **Boletim de ocorrência,** quando houver crime. Peça que a UFPR registre em nome próprio.
- **Em casos graves,** a assessoria jurídica pode orientar ata notarial.

Registre mesmo que você não queira levar o caso adiante.

A APUFPR mantém registro reservado: você relata, é acolhida ou acolhido, e nada é encaminhado sem sua autorização expressa. O registro serve a você depois — e serve à categoria agora, porque é com ele que se cobra política de proteção da universidade.

Cuide de você. Cuide de quem está ao seu lado.

O que costuma acontecer com quem é atacado. Medo, insônia, vontade de não voltar à sala. Sensação de estar sendo observada, observado. Vergonha, mesmo sem ter feito nada. E o efeito mais silencioso e mais grave: começar a evitar temas, cortar bibliografia, escolher o exemplo mais seguro. Isso tem nome — **autocensura** — e é o objetivo final do ataque. Se você percebeu isso em si, procure a APUFPR. Não é fragilidade sua; é o dano funcionando como planejado.

Quando o alvo é uma colega ou um colega. O isolamento é a principal arma desses ataques, e a solidariedade concreta é a principal defesa.

- Ligue. Não espere que a pessoa procure ajuda — quem está sob ataque frequentemente não procura.
- Ofereça-se como testemunha e registre por escrito o que você viu.
- Leve o caso à plenária do departamento. Silêncio coletivo é o que o agressor busca.
- **Registre na APUFPR em nome de terceiro**, se a pessoa não tiver condições de fazê-lo.
- Não repasse o conteúdo do ataque, nem para criticar. Compartilhar amplia.

Quem está mais exposta e exposto: docentes em estágio probatório, substitutas/os e temporárias/os, mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+, e quem trabalha com gênero, raça, direitos humanos, ditadura militar e laicidade. Se você não está nesse grupo, sua solidariedade vale mais.



Modelo de moção:

Aprovada esta moção, envie cópia para juridico@apufpr.org.br
A APUFPR consolida as adesões e as apresenta à Reitoria.

MOÇÃO EM DEFESA DA LIBERDADE ACADÊMICA E DE PROTEÇÃO ÀS DOCENTES E AOS DOCENTES

O [Departamento / Conselho Setorial de _____], reunido em ____/____/2026, considerando a escalada de ataques a universidades públicas e a docentes no atual período eleitoral, e considerando que as estruturas institucionais existentes na UFPR foram concebidas para conflitos internos à comunidade universitária e não alcançam ataques de origem externa e motivação político-ideológica, manifesta-se em defesa da liberdade de cátedra e do livre exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão e solicita à Reitoria da UFPR que institua, com urgência e antes do encerramento do período eleitoral:

a) canal institucional específico de registro e resposta a ataques de origem externa, com prazo máximo de 24 horas nos casos graves e responsável designado; b) conclusão da regulamentação sobre captação e divulgação de imagem e áudio em atividades de ensino, retomando a proposta construída pelas direções de setores da UFPR em 2019, com ressalva expressa da gravação para fins de acessibilidade e estudo; c) protocolo de segurança para incursão de grupos externos, com capacitação da equipe de vigilância, vedação de propaganda eleitoral em espaço acadêmico e diretriz institucional de não escalada; d) assistência jurídica institucional e registro de ocorrência policial pela própria Universidade em favor de docentes atacadas e atacados em razão da função; e) manifestação pública institucional em defesa de docentes atacadas e atacados, e resposta centralizada a requerimentos externos sobre conteúdo acadêmico; f) atenção à saúde com atendimento de urgência, reconhecimento do nexos com o trabalho e afastamento sem prejuízo funcional; g) relatório público semestral, avaliado com a participação das entidades representativas.

Encaminhe-se à Reitoria, ao Conselho Universitário, ao CEPE e à APUFPR.



PLANTÃO DE PROTEÇÃO DOCENTE

Formulário para registro de caso: <https://forms.gle/Wqqg3gn1YofL1oHcd7>

Acolhimento: juridico@apufpr.org.br - (41) 3151-9107 / (41) 99824-0243

Sede Curitiba: Rua Alcides Vieira Arcoverde, 1.193 – Jardim das Américas, Curitiba



GESTÃO
AUTONOMIA E LUTA



ANDES
SINDICATO NACIONAL